

---

# Relatório de Avaliação Inicial

---

[Estudo sobre a dinâmica das remessas de emigrantes cabo-verdianos e o seu impacto na vida das famílias, em particular e de Cabo Verde, em geral]

---

[Ref. TA/025/2016]

---

---

*O conteúdo deste relatório é de exclusiva responsabilidade do autor e não pode ser tomado como sendo a expressão das posições do Secretariado da ACP e dos governos dos seus Estados-Membros, da Comissão Europeia ou da Organização Internacional para as Migrações.*

---

Elaborado por: Odair Barros Varela

Data: 10-06-2016

---

# Índice

Índice de Gráficos .....	4
Lista de Acrónimos.....	5
Sumário Executivo.....	6
1. Introdução e enquadramento.....	7
2. Metodologia Utilizada na Avaliação Inicial.....	8
3. Os resultados da Avaliação .....	10
3.1 O Estado da Arte.....	10
3.2 Principais indicadores Iniciais.....	16
3.3 Mapeamento e Análise dos Intervenientes .....	22
3.4 Comentários relativos à Ficha de Assistência Técnica .....	24
Anexos.....	24
Anexo 1 – Lista da Literatura Revista .....	24
Anexo 2 – Questionários.....	26
Anexo 3 – Lista de Informantes-chave.....	29
Anexo 4 – Dados sobre os Principais Actores Não-Estatais.....	30

## Índice de Gráficos

<b>Gráfico 1</b> – Fluxo de remessas para países em vias de desenvolvimento .....	12
<b>Gráfico 2</b> – Principais origens das remessas para Cabo Verde.....	13
<b>Gráfico 3</b> – Troca de divisas nos balcões dos bancos comerciais em Cabo Verde .....	14
<b>Gráfico 4</b> - Cabo verde: remessas em percentagem do PIB.....	17
<b>Gráfico 5</b> - Cabo Verde: PIBpc e Remessas em Milhões \$USD.....	17
<b>Gráfico 6</b> - Remessas e Oportunidades de Desenvolvimento .....	23

## Lista de Acrónimos

AECID (Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento)

ANE (Actores Não Estatais)

ATI (Agência de Turismo e Investimentos)

AT (Assistência Técnica)

BM (Banco Mundial)

BCV (Banco de Cabo Verde)

BVC (Bolsa de Valores de Cabo Verde)

CAMPO (Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem)

CVI (Cabo Verde Investimentos)

CIAM (Centro de Informação e Aconselhamento ao Migrante)

CONED (Comité Nacional de Emigração e Desenvolvimento)

ENED (Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento)

EU (União Europeia)

FAMFs (Federação das Associações de Micro-finanças em Cabo Verde)

FAT (Ficha de Assistência Técnica)

IC (Instituto das Comunidades)

IMFs (Instituições de Micro-Finanças)

INE (Instituto Nacional de Estatísticas)

MDC (Ministério das Comunidades)

OFII (*Office Français de L'Immigration et de l'Integration*)

ONG (Organizações não governamentais)

ONU (Organização das Nações Unidas)

PIB (Produto Interno Bruto)

PIBpc (Produto Interno Bruto *per capita*)

RENEM (Rede Nacional de Pontos Focais para a Emigração)

TR (Termos de Referência)

## Sumário Executivo

Este relatório está estruturado da seguinte forma. Na **Introdução e Enquadramento** procede-se a uma breve descrição geral da intervenção de Assistência Técnica (AT) planeada com base em informações dos Termos de Referência (TR) do consultor e da Ficha de Assistência Técnica (FAT).

No capítulo sobre a **Metodologia Utilizada na Avaliação Inicial** faz-se uma descrição dos métodos escolhidos - revisão de literatura, pesquisa secundária, métodos de pesquisa primários utilizados (se houver), incluindo metodologia de amostragem e do questionário, entrevistas em profundidade semiestruturadas com informantes-chave, observação, etc.

No terceiro capítulo, referente aos **Resultados da Avaliação**, começa-se com o **Estado da Arte**, ou revisão da literatura, sobre as Remessas de emigrantes em Cabo Verde e as políticas públicas delineadas a respeito até então, incidindo, por exemplo, nos seguintes aspectos: O estado da legislação pertinente e/ou quadro normativo; o Mapeamento do processo político/legislativo; Os factores que impedem/promovem a aplicação; Quaisquer programas relacionados, projectos e outras actividades dos doadores que suportam a evolução das políticas, etc.

Posteriormente serão apresentados os **Indicadores Iniciais Principais** que irão fornecer os **Detalhes quantitativos-chave** sobre as Remessas em Cabo Verde; os Indicadores de referência propostos, que também serão utilizados para monitorar e avaliar o progresso da intervenção de Assistência Técnica e; a Justificação por que eles foram escolhidos. De seguida há um **Mapeamento e Análise dos Actores-chave** no qual: faz-se uma descrição geral e listagem com breve descrição dos actores envolvidos na temática das remessas de emigrantes em Cabo Verde, indicando a sua liderança e alianças; apresenta-se uma lista separada e a avaliação dos principais actores não estatais (ANE) que trabalham sobre o referido tema em questões conexas, e que podem servir como beneficiários de apoio directo no âmbito da componente 2; faz-se a identificação pontos fortes dos ANE no domínio da intervenção, etc. Por fim, irão ser expostos os **Comentários relativos à Ficha de Assistência Técnica**, analisando a Relação da intervenção Assistência Técnica (AT) proposta com a avaliação do estado da situação; apresentando propostas de ajustamentos para a ficha de assistência técnica e justificação relacionada; e avaliando os riscos: que suposições-chave precisam ser levados em conta e como mitigar riscos.

## 1. Introdução e Enquadramento

O presente relatório constitui a Avaliação Inicial/Prévia (AI) encomendada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), no âmbito da Acção sobre a Migração dos países ACP-UE (aqui denominada “Acção”). Esta solicitação tem por base um anterior pedido de Intervenção de Assistência Técnica (AT) por parte de Cabo Verde (através do seu Ministério das Comunidades) à Acção a 01 de Janeiro de 2016 e que foi aprovado pela mesma a 22 de Fevereiro do mesmo ano.

A intervenção de assistência técnica irá permitir, por um lado, aprofundar o conhecimento existente em relação ao contributo que as remessas representam para o desenvolvimento de Cabo Verde<sup>1</sup>, designadamente, no que se refere à quantificação, origem e distribuição geográfica, assim como canais utilizados e criação de um mecanismo de sistematização e acesso a dados, identificação de obstáculos existentes e formas de incremento das remessas. Por outro, vai facultar a identificação de estratégias inovadoras e atractivas de investimento em outros sectores de actividades geradoras de rendimentos sobretudo em áreas actualmente mais dinâmicas como são os casos do Turismo e da Prestação de Serviços (por exemplo nas Tecnologias de Informação e Comunicação e na Saúde), ou áreas tradicionais que ganharam nova centralidade como o Agro-negócio e as Pescas.

Em síntese, a intervenção visa melhorar o conhecimento da dinâmica das remessas dos emigrantes cabo-verdianos; aumentar o volume de canalização de remessas para investimentos produtivos; e incrementar a interacção entre os principais atores/intervenientes ligados à questão das remessas.

### ➤ **Justificativa para a avaliação prévia/inicial**

Tendo em consideração o cálculo, ou a estimativa (*Migração, remessas e desenvolvimento em África, 2011; Oportunidades de negócios em Cabo verde, 2010*), de que os emigrantes cabo-verdianos contribuem com 10% para o PIB nacional, através de remessas formais, a necessidade de conhecer melhor a dinâmica das transferências financeiras para Cabo Verde justifica a realização de uma pesquisa prévia com vista a fundamentar também uma posterior intervenção. Como se infere, um melhor conhecimento da situação das remessas monetárias irá possibilitar a adopção de políticas públicas e de mecanismos/ferramentas apropriadas com vista ao seu aumento e rentabilização e, por conseguinte, aumento do seu contributo ao desenvolvimento do país. Neste âmbito, um estudo de tal calibre pode levar a uma melhor identificação formal do volume de volume de transferências financeiras efectuado que, estima-se, está actualmente subavaliado; pode permitir o conhecimento do contributo real das remessas na vida das famílias e o seu efeito no equilíbrio da Balança de pagamentos, sua influência na educação, na saúde, etc.; e, por fim, alargar o campo aplicação das remessas por parte dos emigrantes e seus familiares na medida em que os dados apontam (*Oportunidades de negócios em Cabo verde, 2010*) para uma maior aplicação em bens de consumo imediatos do que em projectos sustentáveis.

A relevância desta avaliação prévia prende-se igualmente pelo facto de até então as iniciativas existentes no sentido da incrementação da gestão das remessas pelos emigrantes e suas famílias serem, em certa media, isoladas, pontuais e superficiais, e de índole essencialmente comercial. Por conseguinte, o carácter inédito desta Avaliação, e também da posterior AT, em termos de abrangência e congregação, constituiu uma oportunidade de mapear as iniciativas anteriores implementadas (que são descritas no 3º capítulo deste

---

<sup>1</sup> No ano de 2015, as remessas chegaram mesmo a verificar um aumento significativo, passando de 14.764, 3 milhões para 17.070,1 milhões de escudos 2, depois de ter oscilado entre os 14 e 13 milhões de escudos nos anos de 2012 a 2014, in *Boletim de Estatísticas*, Dezembro 2015, Banco de Cabo Verde, p. 28.

relatório), e que se encontram em vigor, no sentido não só de se proceder à sua maior divulgação, mas também de se criarem mecanismos de partilha e comunicação sobre dados e conhecimento sobre as remessas que, seguramente, irão contribuir para criar sinergias e evitar repetições futuras.

Esta Avaliação Prévia teve os seguintes Objectivos:

**Objectivo geral:** Melhor conhecimento da Emigração cabo-verdiana, em geral;

**Objectivo específico:** Melhor conhecimento da dinâmica das remessas dos emigrantes cabo-verdianos

**Objectivos Específicos:**

1. Fornecer uma visão geral do ponto de situação sobre a dinâmica das remessas dos emigrantes cabo-verdianos antes da implementação da intervenção da Assistência Técnica (AT), para ser utilizado como referência de comparação em relação aos resultados alcançados através da intervenção da AT e com o objectivo de avaliar o seu impacto e contribuição para a melhoria da situação inicial. Especificamente, este também deve incluir uma revisão dos mecanismos e da política de transferência de fundos e uma breve avaliação da sustentabilidade da possível AT;
2. Oferecer subsídios e orientações úteis para afinar a intervenção AT. Assim, a avaliação inicial irá ajudar ainda mais a definição do plano de trabalho para a intervenção AT;
3. Identificação dos principais agentes interessados e actores não estatais (ANE) que trabalham na área temática do pedido; isso irá resultar na identificação e mapeamento de potenciais ANE em Cabo Verde, que podem ser solicitadas a apresentarem propostas de projectos-alvo através de uma específica facilitação da Acção.

## 2. Metodologia Utilizada na Avaliação Inicial

Para este trabalho recorre aos dois tipos clássicos de metodologia: a qualitativa e a quantitativa. A primeira, de inspiração etnográfica, pressupõe um contacto directo com as pessoas e as situações pesquisadas. Ao contrário de outros procedimentos de recolha de informação, esta abordagem possibilita uma constante negociação com os sujeitos estudados. Como complemento, por outro lado, surge a pesquisa quantitativa que permite aos investigadores utilizarem as categorias estatísticas produzidas no âmbito da investigação ou recolhidas por outros actores (por exemplo, as instituições oficiais) como forma de contrapor aos resultados produzidos na pesquisa qualitativa, contribuindo para o aumento do grau de complexidade e profundidade dos argumentos e, por consequência, da riqueza do conhecimento produzido. Munido destes dois tipos de ferramentas de pesquisa o consultor da avaliação inicial realizou as seguintes actividades:

1. Análise documental de relatórios, estatísticas e outras publicações disponíveis ou produzidos pela OIM e outras organizações internacionais/regionais, governamentais ou ANE a fim de obter dados iniciais quantitativos e qualitativos.
2. Trabalhar em estreita colaboração e recolha de dados (quantitativos e qualitativos) mediante reuniões, via telefone, chamadas skype, e-mails etc., junto do principal beneficiário da intervenção AT ou a contraparte (Cabo Verde, através de representantes do ex-Ministério das Comunidades), bem como junto de outras partes interessadas (*stakeholders*), como a Delegação da União Europeia (UE), o Ministério das Finanças, a Direcção Geral das Alfândegas, o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), as ONGs – principalmente aquelas poderão adotar o mecanismo de combinação de financiamento



tripartido: banco, emigrante e ONG - mediante a Plataforma das ONGs, o RENEM (Rede Nacional de Pontos Focais Municipais para a Emigração) e as respectivas Câmaras Municipais, a novel Agência de Turismo e Investimentos, e outros Actores Não Estatais (ANE) como as Universidades, etc. Aqui, procurou-se, especificamente, verificar o grau de relevância/duplicação com as iniciativas passadas ou actuais no mesmo sector de intervenção, ou sejam que visam uma melhor gestão das remessas por parte dos emigrantes.

3. Definição de indicadores de avaliação inicial apropriadas que ajudarão a estabelecer o ponto da situação do sector em causa e, posteriormente, monitorar e avaliar os resultados da intervenção da AT.
4. Identificação, mapeamento e classificação e, se possível estabelecer um contacto directo com o ANE activos em Cabo Verde e no sector da intervenção TA, destacando seu potencial para servir como beneficiários do apoio directo previsto no quadro da Acção.

Esta Avaliação Prévia procurou também, em colaboração com todos os *stakeholders*, fornecer os subsídios para a posterior intervenção de AT nas seguintes actividades futuras:

1. Elaboração de 1 (um) plano estratégico para a captação de remessas e aplicação em investimentos rentáveis que contribuam para o desenvolvimento do país;
2. Elaboração de um dispositivo de encaminhamento de remessas para o investimento rentável que pode incluir medidas de incentivo, designadamente, a comparticipação pelo Estado (em espécie ou serviços) e/ou pelos bancos comerciais;
3. Elaboração de uma proposta de recomendações sobre a possibilidade de criação e implementação de um Mecanismo permanente e aprofundado de partilha de dados entre os bancos e o Ministério que tutela a pasta das Comunidades Emigradas; e formas de redução dos custos do Envio de remessas;

#### ➤ **Limites da pesquisa:**

Para além do problema estrutural do país que é a falta de dados estatísticos facilmente disponíveis, a metodologia adoptada sofreu alguns constrangimentos de cariz institucional e logístico. A realização das eleições legislativas a 20 de Março de 2016 levou a que as instituições públicas visadas na pesquisa tivessem pouca rapidez na resposta às nossas solicitações. A razão para tal prende-se com o facto de uma boa parte da liderança dessas instituições estar de licença (juridicamente/legalmente possibilitado pelo Código eleitoral vigente) na altura para participar nas eleições na qualidade de candidatos. Por outro lado, muitos também são dirigentes locais e nacionais dos partidos políticos que concorrem à disputa eleitoral, Isso indicia a presença, ainda, de um grau considerável de partidização da administração pública, situação aliás reconhecida pelos dois últimos governos suportado por partidos diferentes<sup>2</sup>. Esse aspecto levou a que a recolha de dados junto de algumas instituições se processasse a um nível pouco satisfatório. Por outro lado, o facto da administração pública estar refém de uma pesada máquina burocrática (Varela, 2013), leva a que a capacidade de resposta das instituições públicas às solicitações seja também relativamente insuficiente. Isso denotou-se em relação ao cumprimento dos prazos acordados para o envio dos dados requeridos previamente nas reuniões efectuadas. Com a

---

<sup>2</sup> Ver: <http://asemana.publ.cv/spip.php?article112924&ak=1> (consultado a 08-06-2016); e <http://anacao.cv/2016/02/26/desemprego-partidarizacao-da-administracao-publica-e-fraco-crescimento-economico-sao-os-principais-desafios-de-cabo-verde-partidos-politicos> (consultado a 08-06-2016).

excepção do antigo MDC, nenhuma outra instituição contactada cumpriu esse desiderato. Determinados aspectos logísticos limitaram, de igual forma, o processo de recolha de dados. O facto de não ter sido possível a deslocação para os concelhos fora da ilha de Santiago levou a que os questionários reservados aos pontos focais da RENEM tenham sido enviados por correio electrónico e, por consequência, houve uma baixa taxa de resposta. Dos 22 contactados apenas 4 responderam ao correio e apenas 3 responderam ao guião de entrevistas. É de notar que muitas mensagens foram devolvidas e as tentativas de contacto por telefone foram, por diversas vezes, infrutíferas.

➤ **Fontes de informação:**

Neste relatório foram utilizados fontes primárias e secundárias que estão devidamente detalhadas no Anexo 1.

### **3. Os Resultados da Avaliação**

#### **3.1 Estado da Arte**

Um dos elementos marcantes em toda a história do arquipélago de Cabo Verde diz respeito à circulação de pessoas. A emigração cabo-verdiana é um fenómeno que aparece intrinsecamente ligado ao processo do povoamento das ilhas (Barbosa, 2014) e tem ligado essas ilhas do Atlântico ao longo dos séculos a vários pontos do mundo. Assim, compreende-se que as migrações constituem-se como parte integral da história deste arquipélago. A sua emigração representa-se hoje na Europa, nas Américas, em África, ou mesmo nalguns pontos do continente asiático.

Estudos clássicos sobre as migrações visualizavam a função dos desequilíbrios existentes entre as áreas mais desfavorecidas que impulsionavam as pessoas a se deslocarem para regiões mais prósperas com o objectivo de melhorar as suas condições de vida (Massey et al. 1998; Faist, 2000; Petras, 1981). Mas não podemos permanecer encerrados em questões que não conseguem explicar a complexidade social e espacial nas migrações. No caso cabo-verdiano, essa complexidade é bem real, revelando-se tanto no sentido das chegadas, como no das partidas (Barbosa, 2014).

De forma geral, essas leituras têm contribuído para uma persistência de mitos sobre as migrações (de Haas, 2005), tais como o das migrações laborais dos países mais pobres para os mais industrializados. Na verdade, raramente são os mais pobres que migram, porque se trata de processos que envolvem custos, riscos, conhecimento e redes sociais (Portes, 1999). Existe também o mito da emigração e das remessas, associada a um princípio de dependência passiva. Na base desta ideia, ela implica uma diminuição do potencial para o crescimento. Contrariamente, estudos recentes sobre as migrações e remessas (tanto na América Latina, na Ásia ou em África) têm revelado o seu forte potencial no desenvolvimento, sugerindo que as remessas apresentam um potencial que favorece os membros das famílias dos migrantes na origem com possibilidades de vários tipos de investimentos. A experiência quotidiana dos cabo-verdianos, em muitos aspectos pode testemunhar essa ideia. Assim, não é de se esperar, necessariamente uma dependência passiva das remessas, mas sim um crescimento das actividades económicas e da riqueza (Taylor et al., 1996a; 1996b; de Haas, 2002).

Actualmente, as migrações revelam-se dinâmicas e com um certo grau de pragmatismo por parte dos seus agentes. Inclui-se nessa ideia o poder dos factores inerentes à globalização que se convergem no sentido integrante da vida dos migrantes, quer no destino, quer na origem, bem como noutros pontos. Assim, uma melhor compreensão dessas dinâmicas, bem como dos seus impactos, a vários níveis, quer no destino, como na origem, implica uma análise mais atenta na acção humana em si (Castles, 2005), no carácter assente nas estratégias individuais, familiares ou das comunidades. Esses elementos parecem-nos muito relevantes para o estudo das relações entre os migrantes e a origem e o modo como poderão participar através das suas remessas.

É importante reconhecer o aumento das possibilidades nos migrantes e as suas famílias de viverem vidas transnacionais, adoptando identidades transnacionais (cf. Vertovec, 1999). De facto, a transnacionalização dos modos de vida na emigração desafia, sobretudo, os modelos de assimilação, reforçando as características da circulação e as suas ligações a duas ou mais sociedades. É caso de se pensar, por exemplo, as actividades das *rabidantes* (comerciantes informais e/ou ambulantes) cabo-verdianas. Mas não só. E o que dizer de possibilidades de remessas de conhecimentos e ganhos intelectuais?

Todas as formas de investimentos nas melhorias, no bem-estar e no capital humano, tendencialmente, conduzem ao crescimento da produtividade, na liberdade de escolha e na capacitação da participação nos debates públicos. Assim, os investimentos na habitação, em cuidados de saúde, no saneamento, na alimentação, na educação ou em pequenos negócios, positivamente, poderão multiplicar efeitos de crescimento na economia local/nacional.

É, também, necessário analisar outras características presentes nas migrações como a mobilidade de ideias, de produtos culturais, de bens, de serviços, de capitais, etc. Com efeito, pode-se propor uma reflexão sobre o impacto das remessas dos emigrantes sobre a vidas das suas famílias e sobre Cabo Verde reforçando a compreensão sobre alguns aspectos muito importantes:

- a) Possibilidade de múltipla pertença na vida do migrante;
- b) As estratégias utilizadas no reforço de ligações a múltiplos territórios;
- c) Desta forma, implica **encorajar ou garantir direitos económicos e políticos como forma de estimular remessas, investimentos e uma participação pública mais efectiva dos migrantes em Cabo Verde**. Nisso, é de se reconhecer que as migrações contribuem ao nível político, económico e social, tanto no país de origem como no de destino.

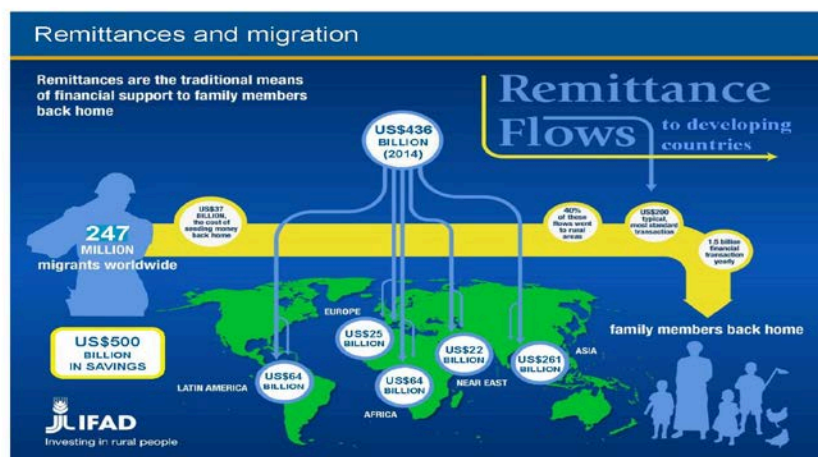
O investimento na compreensão e no reforço dessas estratégias poderão ter impactos significativos na origem, bem como no destino, de uma forma geral, para além da consolidação do bem-estar da vida do migrante e suas famílias. A orientação do migrante para o país de origem não se traduz numa menor integração social ou económica no destino. Pelo contrário, isso poderá revelar-se num estreitar dos laços nos dois sentidos e, numa afirmação das estratégias adoptadas pelo sujeito migrante. Portanto, a lealdade em relação ao local/país de origem não entra, necessariamente, em conflito com os vínculos de cidadania no país de destino. É razão para se mencionar os casos de cidadãos que tiveram uma boa realização dos seus projectos na diáspora, reforçando o seu envolvimento, com o local/país de origem.

É certo que temos de considerar que as remessas representam um potencial positivo no processo do crescimento económico e na melhoria das condições das famílias. Contudo, é de se considerar alguns aspectos muito importantes para a consolidação das estratégias e dos projectos nas migrações:

- a) Considerando a **segurança jurídica para os migrantes**, isso se torna numa condição fortemente necessária para a realização do potencial das migrações, quer na origem, quer no destino. Logo, beneficiará qualquer plano de remessas;
- b) Por parte das representações na origem é extremamente importante uma agenda para o desenvolvimento visualizando as viabilidades das remessas:
  - i) **através de tentativas de redução do custo das transacções;**
  - ii) **encorajando remessas isentando taxas;**
  - iii) **favorecendo oportunidades de abertura de contas em moeda estrangeira;**
- c) Os governos (na origem e no destino) poderiam prover **suporte material e imaterial para organizações estabelecidas pelos migrantes**, de modo a promover projectos mais sólidos na origem.

O referido potencial das remessas acaba, finalmente, por ser reconhecida a nível internacional pela ONU que, em 2015, instituiu a data de 16 de Junho como o *Dia Internacional das Remessas para a Família*. De acordo com os dados do Banco Mundial (BM), as remessas para a África Subariana tiveram taxas de crescimento elevadas até ao início da crise económico-financeira de 2009. Apesar do decréscimo de 3,7% nesse ano, a retoma ocorreu nos anos seguintes com um aumento de 6,7% em 2012 atingindo a cifra de 24,4 biliões de dólares (Cardoso, 2011). Mauro Martini corrobora esta tendência crescente ao defender que, em 2015, o continente africano recebeu cerca de 25 biliões de dólares anuais em remessas de emigrantes (Gráfico 1).

**Gráfico 1 - Fluxo de remessas para países em vias de desenvolvimento**



Fonte: Martini, Mauro (2015), "Leveraging the use of Remittances Trends and Opportunities for Development", in *Financing Facility for Remittances*, Rome, 27 October 2015, IFAD.

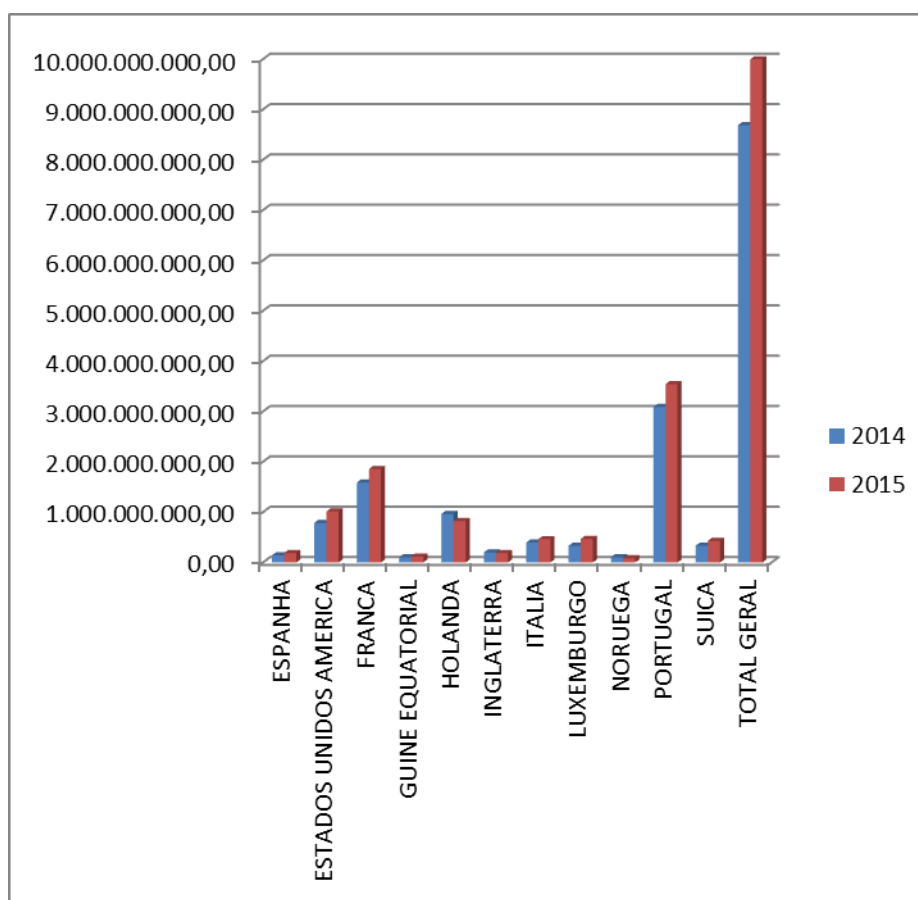
A diáspora cabo-verdiana constitui um potencial enorme em termos de empreendedorismo, motivado pelo sentimento patriótico e solidário; que, em vários momentos e por diversas formas, tem permitido ao país beneficiar de ganhos consideráveis para o sucesso da sua inserção no mundo globalizado. É sobejamente reconhecida a importância da contribuição dos emigrantes cabo-verdianos na economia do país, quer seja através das transferências monetárias e não monetárias periódicas, quer pelos investimentos que realizam nos mais diversos sectores de actividade. Esse contributo demonstra o extraordinário potencial que representa o segmento emigrante para financiamento do país e para as empresas de diversos sectores, nomeadamente, serviços bancários, construção civil, comércio, turismo, indústria, etc. (*Oportunidades de negócios em Cabo verde, 2010*).

De acordo com o BM, Cabo Verde é o país africano que maior percentagem de remessas recebe figurando no 24º lugar de entre os 25 maiores receptores a nível mundial (*Migração, remessas e desenvolvimento em África, 2011*). No que diz respeito à principal origem das remessas, a Europa é a mais relevante, representando 62% dos fluxos em Cabo Verde (idem)<sup>3</sup>.

Vejamos no gráfico XX os principais países que representam a maior fonte de remessas para Cabo Verde, segundo os dados do Banco de Cabo Verde.

<sup>3</sup> O conselho do país que mais depende das remessas e o de Mosteiros na ilha do Fogo (in <http://www.cmmost.cv/index.php/noticias/620-diaspora-mosteiros-figura-na-lista-dos-municipios-com-maior-dependencia-de-remessas>. Consultado a 01 de maio de 2016).

**Gráfico 2 – Principais origens das remessas para Cabo Verde**

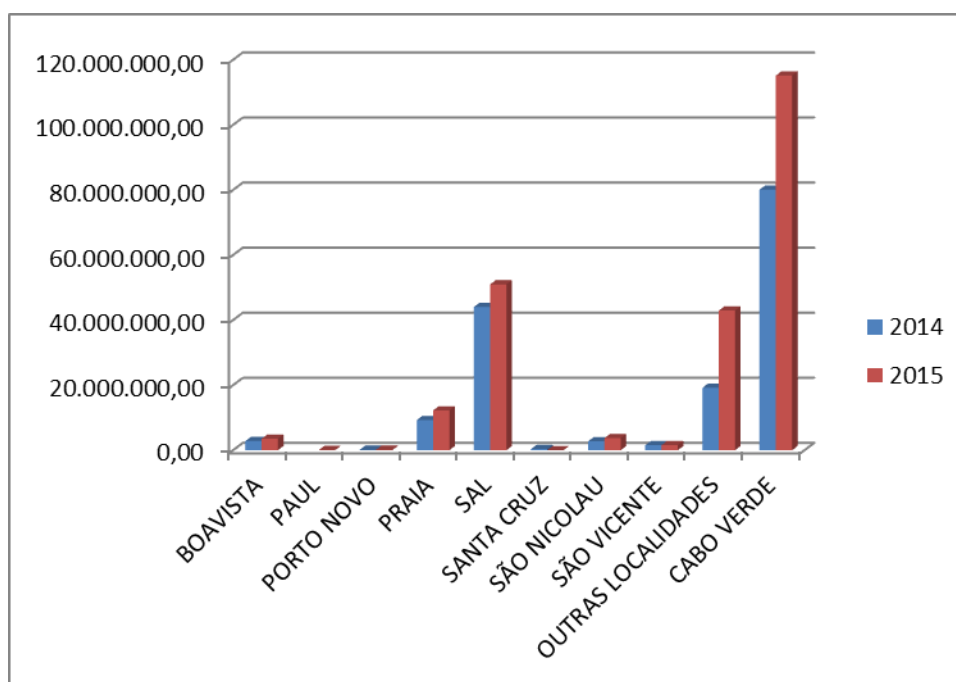


Fonte: Elaborado por Odair Barros Varela. Dados estatísticos do Banco de Cabo Verde (Junho de 2016).

Portugal destaca-se como o principal país europeu de origem dos fluxos, embora os imigrantes cabo-verdianos estejam longe de ser os principais remetentes de remessas deste país. A pouca representatividade das remessas destes imigrantes em Portugal, comparada com a sua proporção na população imigrante total, sugere uma propensão muito menor para o envio de remessas ou, mais provavelmente, uma utilização limitada dos canais formais, tendo em conta a escassez e os custos associados (Tolentino *et al.*, 2008). Esta situação pode ser generalizada para toda a diáspora cabo-verdiana – e ocorre, por vezes, com metade dos migrantes - pois parte substancial das transferências é efectuada por vias informais (as pequenas encomendas, os envelopes, etc.) que, pela sua natureza, não são contabilizadas pelas instituições competentes na matéria (*Migração, remessas e desenvolvimento em África*, 2011; *Oportunidades de negócios em Cabo verde*, 2010). Estima-se (idem), que as contribuições dos emigrantes em remessas financeiras, pela via formal, rondam os 10% do PIB nacional, sendo que, partes consideráveis dessas contribuições não são mensuráveis em termos estatísticos oficiais. No ano de 2015, as remessas chegaram mesmo a verificar um aumento significativo, passando de 14.764,3 milhões para 17.070,1 milhões de escudos (*Boletim de Estatísticas do BCV*, 2015: 28), depois de ter oscilado entre os 14 e 13 milhões de escudos nos anos de 2012 a 2014.

Sem a possibilidade de demonstrarmos, neste momento, outros tipos de remessas, como em bens diversos, podemos analisar, em parte, aquilo que pode representar alguns dos canais informais de remessas através das trocas de divisas nos balcões bancários. Em relação aos anos de 2014 e 2015, os dados do BCV revela-nos um total de 115.162.052,00 (escudos cabo-verdianos) trocados nos balcões dos bancos comerciais em Cabo Verde. É interessante notar que no quadro actual das trocas de divisas feitas nos balcões dos bancos comerciais em Cabo Verde elas se destacam na ilha do Sal.

**Gráfico 3 – Troca de divisas nos balcões dos bancos comerciais em Cabo Verde**



Fonte: Elaborado por Odair Barros Varela. Dados estatísticos do Banco de Cabo Verde (Junho de 2016).

Quando se fala em termos dos elos com o local de origem, poderão ser reforçados via telefone/telemóvel, carta, e-mail ou mesmo por via das remessas ou aproveitando portadores de viagem para envio das “encomendas”. Mesmo que para muitos essa prática possa revelar-se ocasional, geralmente, ela é canalizada para as famílias numa base informal, como refere o estudo realizado por Marzia Grassi (2003).

A investigação relativa ao impacto das remessas sobre o desenvolvimento ainda é limitada. No caso de Cabo Verde as principais conclusões coincidem com as de outros países africanos: para além dos emigrantes recorrerem consideravelmente aos canais informais para à sua transferência, as remessas são uma das ligações transnacionais mais importantes entre as diásporas e o país de origem, ocorrendo sobretudo no âmbito familiar; constituem um importante suporte financeiro para muitas famílias, sendo utilizadas sobretudo nas despesas quotidianas, no ensino e na saúde, sem deixar de enaltecer o seu papel muito significativo no sector da construção civil; a sua utilização na estrutura produtiva continua a ser limitada.

Contudo, ao amplo reconhecimento social do dinamismo das remessas contrapõe-se o facto de ainda ser necessário um maior conhecimento, divulgação e tratamento dos dados relativo às remessas existentes nos bancos, assim como o desafio de uma análise aprofundada dos canais informais utilizados por emigrantes e suas famílias. A necessidade de melhor conhecimento da dinâmica das transferências financeiras para Cabo Verde é reconhecida pelas entidades oficiais cabo-verdianas responsáveis pela temática das migrações. É de se registar ainda o facto de vários actores defenderem igualmente a necessidade de uma melhor canalização das remessas de modo a que representem um maior contributo para o desenvolvimento.

Neste âmbito, o Estado cabo-verdiano tem vindo a adoptar algumas medidas no sentido de incrementar as remessas de emigrantes:

**1- Criação de contas bancárias especiais para os emigrantes<sup>4</sup> e isenções e taxas de juros favoráveis visando a atracção de depósitos de emigrantes e conseqüente estímulo para o envio de remessas;**

<sup>4</sup> Decreto-Lei Nº53/95, *Boletim Oficial* n.º 32 de 26 de Setembro de 1995.

**2-** Aprovação da **Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento (ENED)**<sup>5</sup>, cujo Plano de Acção para Implementação abarca os anos de 2015 e 2016. De entre os oitos eixos da ENED, o nº 5 tem por finalidade “Facilitar e atrair o envio de remessas e fomentar o contributo solidário”, embora existam outros eixos que fazem também uma ligação directa com o envio de remessas e o investimento emigrante, como o eixo 6 que se intitula: “Fomentar o investimento em Cabo Verde, o Comércio Internacional e o Mercado di Terra na Diáspora”.

**3-** Instituto das Comunidades (IC), instituição criada a 03 de Setembro de 2001 e que antecedeu a criação do Ministério das Comunidades em 2011, promoveu a realização de uma formação no país intitulada “Migrações, Desenvolvimento e Experiências de Optimização de Remessas Aplicações Práticas ao Caso Cabo-Verdiano”<sup>6</sup> no âmbito do Programa “Diáspora Contributo” que foi idealizado, gerido e executado pelo IC e financiado pela **Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID)**. Este Projecto, cujo lema era “*djunta mó pa desenvimentu de Kabu Verdi*” – estabeleceu seguintes objectivos, público-alvo e beneficiários:

- “O reforço da capacidade e das competências dos profissionais que trabalham em sectores chaves para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país.”

- “Fortalecer a rede de comunicação entre os membros da diáspora e as entidades institucionais de Cabo Verde, bem como contribuir para estreitar os laços transnacionais da diáspora cabo-verdiana.”

**“Público-alvo:** o projecto dirige-se a todos os quadros altamente qualificados, de origem cabo-verdiana que residem em qualquer país na diáspora e que desejam participar, através da transmissão das suas competências e conhecimentos, na capacitação dos sectores chaves em Cabo Verde, quais sejam, a Saúde, a Educação, as Infra-estruturas e o Turismo.”

**Beneficiários:** Profissionais que trabalham em sectores-chaves para o desenvolvimento de Cabo Verde e que, através das missões de formação, reforçarão os seus conhecimentos, competências, instrumentos e técnicas; Instituições nacionais, locais que beneficiarão de um dinâmico e actualizado sistema de detecção das necessidades; Diáspora cabo-verdiana que beneficiará das redes de informação.

**Participação:** “O Projecto apoia a mobilização de quadros cabo-verdianos residentes na diáspora, para realizarem acções de formação de curta duração em sectores onde Cabo Verde depara com maior carência. As despesas inerentes à deslocação (viagem e estadia), até o máximo de trinta (30) dias, serão custeadas pelo Projecto.”<sup>7</sup>

**4-** O antigo Ministério das Comunidades (MDC)<sup>8</sup>, em parceria com a Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação (ADEI), procuraram obter avanços reais na mobilização e atracção de investidores, empresários, trabalhadores qualificados e especialistas da Diáspora para contribuir no processo de Desenvolvimento de Cabo Verde. Entre essas iniciativas, destaca-se a elaboração de um estudo sobre as Oportunidades de Negócios existentes em Cabo Verde, com objectivo de melhor orientar os emigrantes na tomada de decisão, sobre onde e como investir as suas poupanças (*Oportunidades de negócios em Cabo verde*, 2010).

---

<sup>5</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 33/2014, *Boletim Oficial* nº 24, I Série, de 2 de Abril 2014. Praticamente um ano antes, a 30 de Maio de 2013, o antigo Ministério das Comunidades de Cabo Verde criou **Comité Nacional de Emigração e Desenvolvimento (CONED)**, com a missão de congregar todas as iniciativas voltadas para a emigração em articulação com várias instituições da área. A intenção do Comité “é trabalhar de forma articulada sobre dossiês da emigração, em particular sobre a questão da participação, em termos práticos, dos emigrantes no desenvolvimento do país”. Coube também ao Comité a tarefa de elaborar o Plano Estratégico Nacional de Emigração e Desenvolvimento e outro dos objectivos do CONED “é envolver na causa as associações dos cabo-verdianos na diáspora, além da participação de vários ministérios, instituições, organizações não-governamentais, parlamentares e municípios” (in: <http://noticias.sapo.cv/lusa/artigo/16207889.html>. Consultado a 02 de Maio de 2016).

<sup>6</sup> A sinopse da formação encontra-se em anexo a este relatório.

<sup>7</sup> In: <http://www.diasporacontributo.com.cv/index.php?paginas=27> (consultado a 11 de Maio de 2016).

<sup>8</sup> Com a entrada em funções de um novo governo em Cabo Verde, em Abril de 2016, este Ministério é extinto passando a pasta das comunidades emigradas a ser tutelada pelo novel Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades.

5- O mesmo Ministério tutelou a criação da **Rede Nacional de Pontos Focais para a Emigração (RENEM)** a 20 de Fevereiro de 2014<sup>9</sup>, mediante a assinatura de um protocolo com os objectivos de reforçar as relações entre o Governo, através do Ministério das Comunidades, e os Municípios na gestão concertada do *dossier* “Emigração” e de criar uma rede de comunicação facilitada entre o Ministério das Comunidades e as câmaras municipais do país. A criação da RENEM veio permitir que cada Câmara Municipal do país passasse a ter um funcionário indigitado para ser o responsável pelo atendimento e seguimento do emigrante e de assuntos relacionados com a emigração e desempenhasse ainda o papel de elo de ligação entre a câmara e o Ministério das Comunidades. O antigo MDC desenvolveu, em parceria com outras instituições, um conjunto de acções de formação e capacitação de todos os pontos focais<sup>10</sup>.

- Em síntese, tendo em conta o destaque que as remessas ocupam, de forma geral, na política de emigração do país, pode-se afirmar que a futura Assistência Técnica poderá contribuir sobremaneira para impulsionar e dar um papel sustentável ao aprofundamento da abordagem nacional da gestão da questão das remessas.

### **3.2 Indicadores Iniciais Principais**

O economista Armindo do Espírito Santo (2015), ao analisar o comportamento dos fluxos de remessas para Cabo Verde no período temporal de 1991 a 2013 verificou que as remessas foram muito significativas tanto em termos absolutos como relativos. Em 1991, as remessas atingiram 48,9 milhões de dólares e em 2013 chegaram a 165,7 milhões de dólares, o que mostra bem a grande importância das remessas para esse país. Em termos relativos, as remessas em 1991 representaram 15,2% do PIB em Cabo Verde.

Os gráficos 4 e 5 representam uma relação entre o PIB e as remessas de emigrantes em Cabo Verde entre 1991 e 2013 e mostram que elas parecem influenciar de forma significativa e positiva o crescimento do PIB em Cabo Verde. Os gráficos comparam a tendência das remessas em percentagem do PIB e mostram que elas são muito importantes no país. Esta relação tornou-se visivelmente decrescente em Cabo Verde entre 2002 (13,6%) e 2009 (7,5%) e fixou-se em 8,9% do PIB em 2013. Esta desaceleração coincide com uma significativa diminuição das remessas provenientes dos EUA que representam 60% dos emigrantes cabo-verdianos. Esta análise permite-nos concluir que as remessas são vitais para Cabo Verde.

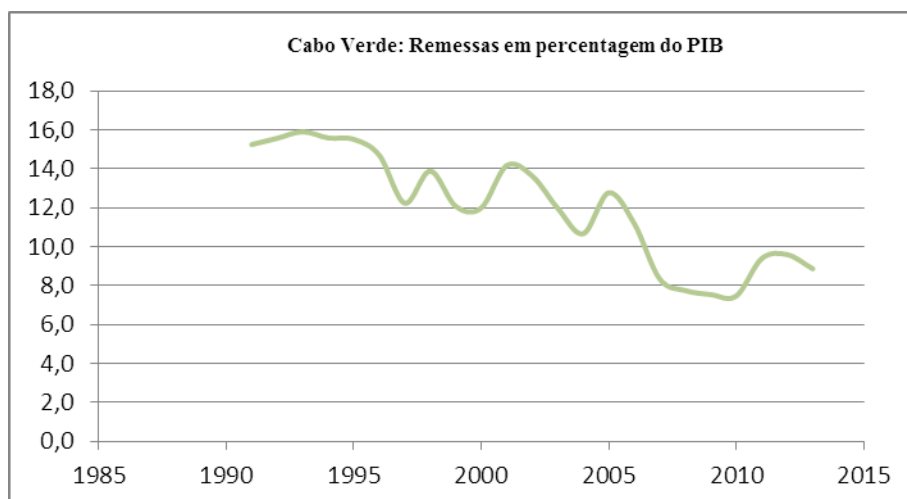
---

<sup>9</sup> Ver a lista dos pontos focais em anexo a este documento.

<sup>10</sup> Ver, em anexo, a lista dos nomes e contactos dos pontos focais do RENEM.

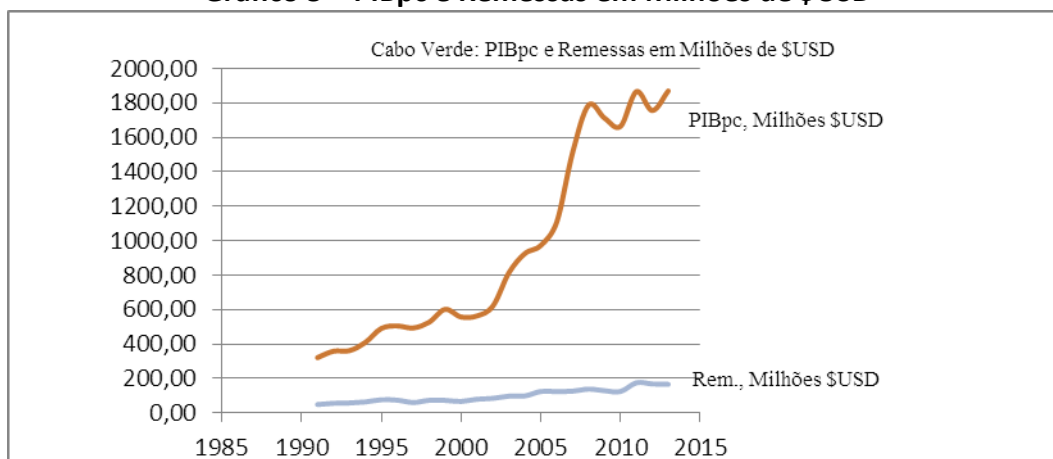


**Gráfico 4 – Remessas em percentagem do PIB**



Fonte: Elaborado por Armindo do Espírito Santo (2015). Dados estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

**Gráfico 5 – PIBpc e Remessas em Milhões de \$USD**



Fonte: Elaborado por Armindo do Espírito Santo (2015). Dados Estatísticos do Banco de Portugal e do Banco de Cabo Verde.

### **3.3 Mapeamento e Análise dos Actores-chave**

Passando à descrição geral e listagem com breve descrição dos Actores-chave envolvidos nesta avaliação inicial ou prévia, para além do governo, através do antigo MDC já referenciado, outros actores se pontificam:

- Banco de Cabo Verde, Delegação da União Europeia, Plataforma das ONG, a RENEM e Organizações não-governamentais ligadas à Micro-finanças. Devido ao limite temporal do estudo não foi possível contactar outros actores identificados, como as Alfândegas de Cabo Verde, o Ministério das Finanças e as Universidades locais. De forma genérica, nos contactos directos intentados junto do BCV, UE e Plataforma das ONG, a recolha de dados requeridos foi insuficiente, ou parcial, na medida em que estas instituições comprometeram-se em enviar, ou disponibilizar posteriormente, dados complementares, mas, até a data, isso não ocorreu o que limitou grandemente a avaliação pretendida. De seguida, apresentamos a pesquisa efectuada individualmente junto de cada actor-chave:

**1. BCV.** No último Boletim de Estatísticas do BCV - Abril e 216, é possível encontrar os dados sobre as remessas monetárias dos emigrantes os BCV (ver página 34 do documento anexado) e também as taxas de juro aplicadas aos depósitos dos emigrantes (que são mais reduzidas em comparação com os nacionais residentes) (ver página 51 do mesmo Boletim). Apesar destas medidas existirem desde a independência do país em 1975, elas estão pouco divulgadas o que leva que os emigrantes não tenham a percepção do esforço do Estado na procura de reduzir as taxas de juro para os seus investimentos e também no reforço dos incentivos fiscais adoptados.

Apesar de o Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEEE) nos ter facultado os dados a respeito, o âmbito deste relatório não nos permite analisar também a situação dos países incluídos na categoria de OUTROS, com ênfase nos países africanos onde apenas Angola aparece. Tendo em conta a tradicional emigração cabo-verdiana para o Senegal, Costa do Marfim e demais países africanos de língua portuguesa, e a recente vaga migratória laboral para a Guiné Equatorial, a discriminação desses dados poderia ajudar na melhor compreensão da dinâmica das remessas nos últimos anos. Tendo em consideração que não foi possível contactar a Direcção Geral das Alfândegas pediu-se também a esse Departamento, que tem acesso aos dados das alfândegas, que nos fornecesse os dados sobre as remessas de bens (não monetárias) por países de molde a fazer uma comparação em termos de peso na economia do país, mas tal não ocorreu.

Para além da recolha de dados aplicamos um guião entrevista semi-estruturado à directora do Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas, Dra. Ana Semedo e à técnica responsável pelo tratamento dos dados estatísticos sobre as remessas, a Dra. Rilde Fernandes (ver questionário 1 do anexo 2). Da entrevista destacam-se alguns aspectos relevantes que podem contribuir para uma melhor implementação da Assistência Técnica:

- O DEEE considera que análise dados através dos canais informais utilizados por emigrantes e suas famílias para o envio de remessas não tem sido feita pelo BCV que só faz o tratamento de dados oficiais enviados pelos bancos comerciais e pelas alfândegas. Por outro lado, mesmo que tal tarefa coubesse ao BCV a sua materialização seria difícil pois os bancos comerciais também recebem remessas não através de transferência bancária (ou directamente do estrangeiro ou da diáspora) mas mediante o depósito local por parte de familiares e/ou outros intermediários. Desta forma, apesar de “saberem” que as divisas foram enviadas do estrangeiro pelos familiares, o facto de não existirem, ou não se utilizarem, outros mecanismos formais (para além do comprovativo de transferência) de atestar essa “informação”, impede a catalogação desses depósitos como sendo fruto de remessas. Para além dos bancos, as chamadas instituições de transferências rápidas ou casas de câmbio também recebem dinheiro das remessas. Caso fosse possível quantificar todo esse volume informal de remessas o seu peso no PIB e na economia do país, seria melhor avaliada e, por conseguinte, melhores públicas poderiam ser adoptadas.

Tendo em conta que as remessas constituem 1/3 da massa monetária e 57% a 60% do crédito à economia contribuindo, como já foi referido, em cerca de 10% para o PIB, deveria receber maior atenção por parte dos poderes públicos. O BCV faz somente o tratamento estatístico dos dados sobre as remessas com vista à análise do comportamento da balança comercial ou do peso das remessas nela. Portanto, não é a instituição melhor vocacionada para a adopção de medidas que levem a uma melhor canalização das remessas de modo a que representem um maior contributo para o desenvolvimento. Para o DEEE a instituição que melhor poderia desempenhar esse papel seria a Cabo Verde Investimentos (CVI)<sup>11</sup>. Teria a tarefa de engendrar uma **Estratégia Global de Comunicação** com os emigrantes (que é actualmente fraca) no sentido de os informar sobre as melhores possibilidades de investimento. A tradicional aposta nas contas a prazo, no imobiliário, e também agora na subscrição das acções colocadas na novel bolsa de valores, deve-se menos ao

---

<sup>11</sup> Em Janeiro de 2016 foi transformada a em Agência de Turismo e Investimentos - ATI, fruto da fusão entre a CVI e Direcção Geral do Turismo (In: <http://anacao.cv/2016/01/26/julio-morais-preside-agencia-de-turismo-e-investimentos> (consultado a 01 de Maio de 2016).

medo do risco do que à falta de informações sobre como melhor investir. Os emigrantes, devido ao seu patriotismo não se importam de investir e contribuir para o desenvolvimento do país de terem garantias sobre a fiabilidade do investimento. O exemplo da constituição da empresa *Cabo Verde Fast Ferry* em 2009 através de capitais de emigrantes é apontado como prova disso mesmo. Tendo em conta a crise que actualmente a imobiliária turística sofre em Cabo Verde (devido ao elevado nível do crédito mal parado), os bancos não aconselham os emigrantes a apostarem nesse ramo. Por outro lado, 40% do fundo (a liquidez) que existe nos bancos comerciais é fruto de remessas e os emigrantes poderiam investir esse capital em actividades actualmente mais rentáveis como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Saúde, ou áreas tradicionais que ganharam nova centralidade como o Agro-negócio e as Pescas, e etc. Com um *Business Plan* bem definido para as remessas, a CVI poderia, mediante o contacto com as comunidades emigradas, canalizar um maior volume de divisas para o investimento no país.

No que concerne à necessidade crescente de se sistematizar o acesso a dados, de identificar os obstáculos existentes e formas de incremento das remessas, para o DEEE o melhor mecanismo constituiria a existência da vontade política para se criar uma Base de Dados Geral que integrasse ou interligasse as principais instituições responsáveis pela área da emigração. Esse Mecanismo em rede tornaria possível a adopção de acções e políticas públicas mais adequadas.

De acordo com as entrevistadas, no passado recente houve uma tentativa por parte do Ministério das Finanças de captar os investimentos dos emigrantes mediante a institucionalização do projecto *Diáspora Bonds*<sup>12</sup>. Como foi apontado acima a empresa *Cabo Verde Fast Ferry* é apontada como um exemplo que se enquadra nesse projecto. A sua capitalização foi mediante a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC). Esta instituição, em 2014, no seu **Relatório de Operações** indica que pretende consolidar as suas parcerias internacionais, visando emitir acções direccionadas para os emigrantes, com destaque para o *Diáspora Bonds* que, segundo a BVC, “é uma acção essencial para a proliferação da cultura financeira no país, ainda em fase muito embrionária.”<sup>13</sup>

De acordo com Diamantino da Veiga Nunes (2013: 51), a *Diáspora Bonds* - que “é um instrumento de dívida que pode ser emitida sob a forma de obrigações por parte do governo na diáspora ou por uma empresa nos mercados internacionais através das operações de titularização de activos”, que não tem tido aplicação em Cabo Verde apesar de constituírem uma opção de investimento, ou um produto financeiro, já muito utilizada em outras latitudes com raízes na China e no Japão na década de 30 do século passado.

Ele aponta os seguintes benefícios para o país no caso de passar a utilizar essa prática: “- a garantia da sustentabilidade futura mediante a criação da riqueza interna e a diversificação das fontes de financiamento; trata-se de um veículo para captação de fundos a um custo mais baixo, que pode financiar grandes projectos, a construção de Infra-estruturas de bases tecnológicas que pode fomentar o aparecimento das empresas de cariz tecnológico; possibilita a existência de um orçamento flexível para atenuar os choques exógenos; a construção de habitações sociais de forma a equilibrar o défice habitacional; possibilita a inversão de tendência de queda das remessas dos emigrantes e auxiliará eventualmente surgimento de projectos estruturantes, desde *Finances Projects* à Parcerias Público-Privadas.” (idem: 53).

**2.** No que tange à **União Europeia (UE)**, esse actor constitui um dos mais importantes financiadores dos projectos nacionais em matéria de migrações juntamente com a Organização Internacional das Migrações. Exemplo disso é o chamado projecto CAMPO (Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem) que teve início em 2009, enquadrado pela Parceria para a Mobilidade, iniciativa que se articula directamente com o pilar “Segurança e Estabilidade” da Parceria Especial

---

<sup>12</sup> É hoje considerado um novo mercado de capitais emergente no mundo (in: <http://voices.mckinseysociety.com/diaspora-bonds-a-new-source-of-capital-for-emerging-markets>. Consultado a 25 de Março de 2016).

<sup>13</sup> In: <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article97039> (consultado a 01 de Maio de 2016).

celebrada em 2008 entre a União Europeia e Cabo Verde. De acordo com as informações recolhidas no site União Europeia, esse projecto partilha “dos objectivos da Abordagem Global das Migrações da UE, procurando contribuir para a promoção da migração regular, para o reforço das sinergias entre migração e desenvolvimento e para a prevenção da migração irregular.”<sup>14</sup>

“O resultado mais visível do Projecto CAMPO se traduziu na criação de um **Centro de Informação e Aconselhamento ao Migrante (CIAM)**. Com um escritório na Cidade da Praia, mas trabalhando em rede com os Centros de Emprego e Formação Profissional existentes em Cabo Verde, o CAMPO realizou mais de 7500 atendimentos, contribuindo para um fluxo migratório com ganhos para o próprio migrante, para o país de origem e de destino. Mais de 23 000 visitas, de 86 países diferentes, foram efectuadas ao portal (**que está desactivada neste momento**), onde era possível encontrar informação sobre a pré-partida e a reintegração.”<sup>15</sup>

“O projeto CAMPO beneficiou dum compromisso financeiro da UE de 1 milhão de euros e de um financiamento da Cooperação Portuguesa no valor de 149 319€ e da Cooperação Espanhola no valor de 125 000€. Neste contexto, coube ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento- IPAD - liderar a implementação da acção, sempre em estreita colaboração com os seus parceiros: o Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP e o Instituto das Comunidades - IC, ambos em Cabo Verde, o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. – ACIDI, I.P. e o escritório da Organização Internacional para as Migrações – OIM, em Portugal e ainda a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID.”<sup>16</sup>

A 01 de Janeiro de 2012, o Governo de Cabo Verde procedeu à transferência do projecto para a administração pública cabo-verdiana mediante o Ministério das Comunidades que assume a continuidade da acção. No sentido de reforçar as suas capacidades técnicas, aumentar as suas competências e colmatar as necessidades do seu público-alvo, os objectivos gerais e específicos, foram redefinidos:

“Objectivo Geral: Promoção da mobilidade legal entre Cabo Verde e a UE, e entre Cabo Verde e os Estados Unidos da América, ao mesmo tempo que luta contra a migração irregular.

Objectivos Específicos: Promover a correspondência entre as competências do potencial migrante e as vagas de trabalho existentes na UE e nos EUA, enquanto canal legal de migração; Facilitar a reintegração de cabo-verdianos que regressam de países da UE e dos EUA, no mercado de trabalho de CV; Mobilizar competências/expertise dos cabo-verdianos e seus descendentes residentes no exterior para áreas definidas como essenciais para o desenvolvimento de Cabo Verde, seja de forma temporária, seja permanente.

A redefinição dos objectivos do CAMPO surge numa perspectiva de alargamento da orientação/informação/aconselhamento prestados a todos aqueles que pretendem realizar um projecto migratório. É neste sentido que é dada uma atenção especial ao momento da pré-partida, do retorno e reintegração, da migração laboral e temática e do investimento emigrante.”<sup>17</sup>

A UE também foi financiador do Projecto nº DCI-MIGR/2010/258-612 intitulado “reforço das capacidades de Cabo Verde na gestão das migrações”. A chamada componente A do projecto – “A Ajuda ao retorno e à reinserção dos emigrantes cabo-verdianos (regresso voluntário)”, para além do OFII (*Office Français de L’Immigration et de l’Integration*), da Direction de l’Immigration du Ministère des Affaires Etrangères du Luxembourg e do Ministério das Comunidades, também foi gerida pelo

---

<sup>14</sup> [http://eeas.europa.eu/delegations/cape\\_verde/press\\_corner/all\\_news/news/2011/20111912\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/press_corner/all_news/news/2011/20111912_pt.htm) (consultado a 10 de Maio de 2016).

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

<sup>17</sup> In: <http://www.mdc.gov.cv/index.php/testesd/87-campo> (consultado a 10 de Maio de 2016).

projecto CAMPO. Esta componente visou, essencialmente, o financiamento de actividades geradoras de rendimento para os emigrantes que quisessem regressar<sup>18</sup>.

Contudo, a nossa hipótese é de que também as remessas, ou poupanças, dos emigrantes podem chegar ao país de origem por via do regresso (definitivo) voluntário dos emigrantes visando o investimento em sectores produtivos. Dado que, na prática, diversas vezes esse regresso não é definitivo e que logo a seguir à realização e/ou consolidação dos investimentos, os ex-emigrantes tornam a sair do país rumo aos antigos ou novos países de acolhimento, era nosso propósito ter acesso não só ao relatório final do projecto mas também ao nº de beneficiários da componente A que retomaram os caminhos da emigração. Contudo, não foi possível obter esses dados quer junto da EU quer junto do CAMPO devido à ausência de resposta à nossa solicitação<sup>19</sup>.

**3. A RENEM.** Como foi referido anteriormente, dos 22 pontos focais contactados apenas 3 responderam ao guião de entrevistas (ver questionário 3 do anexo 2) o que tornam os dados recolhidos manifestamente insuficientes para uma avaliação do seu desempenho em matéria de gestão das migrações, particularmente no domínio das remessas.

#### **4. Plataforma das ONGs.**

De acordo com o secretário executivo da Plataforma das ONGs, Dr. Mário Moniz, não existem em Cabo Verde ONGs filiadas na plataforma que se dediquem exclusivamente à temática da emigração e, por conseguinte, tenham competências na gestão das remessas dos emigrantes. Isso não exclui o facto de nessas organizações, ser possível encontrar individualidades com skills suficientes em tal domínio.

Dado que o foco da plataforma incide no desenvolvimento local, a sua visão é de que uma melhor definição e capacitação dos actores em matéria de gestão das remessas poderia beneficiar enormemente as comunidades locais no país. Caso seja possibilitado às ONGs de Micro-Finanças de recorrerem às remessas para os seus programas, por exemplo, de microcrédito, isso significaria um grande salto no seu volume de actividades. Mas para isso elas teriam de estar bem organizadas, não só internamente mas também no cumprimento da lei e legitimadas pelo regulador, neste caso o BVC. A organização das ONGs de micro-finanças passaria, inevitavelmente pela melhoria significativa da sua capacidade de comunicação com a diáspora. Para isso o papel da Federação das Associações de Micro-finanças em Cabo Verde (FAMFs) seria fundamental no sentido de estruturar uma actuação em rede de todas as instituições de micro-finanças (IMFs). Por exemplo, após a aprovação de um plano semestral de captação de remessas, a acção da ASDIS (Associação de Associações de Solidariedade e Desenvolvimento da Ilha de Santiago) - ONG de micro-finanças ou a IMF indicada para a representação da federação na diáspora - seria monitorizada e teria de apresentar um relatório das actividades efectuadas no sentido da captação de investimento emigrante.

Contudo, este plano sectorial de comunicação teria de estar integrado num quadro geral de comunicação (Moniz, 2014) que integre todos os *stakeholders* desde a FAMFs, os Bancos, e os vários departamentos do governo que directa ou indirectamente lidam com a emigração.

O principal obstáculo à concretização desse quadro até então não tem sido tanto a falta de estudos sobre a matéria, já consideráveis, mas sim o excesso de protagonismo dos *stakeholders*. Existem diversas razões que podem ser apontadas para tal facto desde político-culturais (a persistência da mentalidade centralista e colonial de “dividir para reinar”) a factores económicos (a carência de recursos financeiros motiva a disputa de canais internos e externos para os investimentos ao invés

---

<sup>18</sup> Ver o documento anexado a este relatório.

<sup>19</sup> É de referir que a avaliação final desse projecto esteve a cargo de dois investigadores do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Pedro Góis e José Carlos Marques (2015). Também um documentário produzido pela União Europeia, intitulado “Kaminhu di Volta. Migrants’ Stories”, pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=XqWo3j1cAlg> (consultado a 08 de Maio de 2016).

de se optar por uma estratégia integrada. Os condicionalismos e a instrumentalização política da fragilidades das ONGs), mas aqui não é lugar para uma reflexão apurada sobre elas.

O facto é que a grande conclusão que se pode retirar desse ponto é que, efectivamente são as IMFs as melhores indicadas para a componente 2 do projecto de Assistência Técnica, já que estão mais próximas dos objectivos do mesmo (ver o anexo 4 com a lista dos ANE seleccionados).

### **3.3 Comentários relativos à Ficha de Assistência Técnica**

A Ficha de Assistência Técnica só terá sucesso caso consiga, efectivamente, implementar a coordenação e planificação da comunicação com as comunidades emigradas ou seja, uma estrutura integrada, um *djunta mô!* Estas comunidades dispõem de informações suficientes sobre a possibilidade de investimento em Cabo Verde. O que, efectivamente, faz falta é a existência de uma estrutura democrática, horizontal e integradora de todos os emigrantes no sentido de evitar a discriminação de umas comunidades em detrimento de outras como tem sido o caso até agora. A título de exemplo, as comunidades emigradas em África – nomeadamente a dos cabo-verdianos em Costa do Marfim<sup>20</sup> - queixam da desigualdade de tratamento por parte do Estado cabo-verdiano em relação às comunidades que estão no Ocidente, o que se traduz numa perda de receitas assinalável para os cofres do Estado.

Contudo, tal estrutura terá por base algumas políticas, anteriormente referidas, que deverão ser implementadas:

1. Reforço da institucionalização do projecto *Diáspora Bonds*;
2. Promover a realização de formações para as ONGs de Micro-Finanças em Cabo Verde de molde a capacitá-las não só para a captação de remessas mas também para o respeito das regras das operações financeiras com o exterior estipuladas pelo regulador, isto é, o BCV;
3. Promover também à criação de organizações da sociedade civil (associações de emigrantes) no país de origem que se dediquem em exclusivo à gestão e investimento das remessas de emigrantes. Desta forma, alarga-se o tipo de organizações da sociedade civil a operar na área das remessas e reforça-se o seu papel e impacto na medida em que IMFs têm apenas um papel complementar pois o seu foco não constitui apenas os emigrantes mas também os residentes. As novas instituições também seriam alvos da medida nº 2;
4. Para além das formações, será necessário prover (na origem e no destino) suporte material e imaterial para organizações estabelecidas pelos migrantes, de modo a promover projectos mais sólidos na origem.
5. Por consequência, poderá ser necessário a adequação (reforma) do sistema financeiro ao surgimento de um novo actor (as associações) como alvo de transferências de remessas, para além dos actores tradicionais (bancos);
6. Criação de uma Base de Dados Geral que integre/interligue as principais instituições responsáveis pela área da emigração;
7. Integrar os centros de pesquisa públicos e privados e as Universidades locais nas referidas políticas mediante projectos de investigação realizados através de contratos-programa.

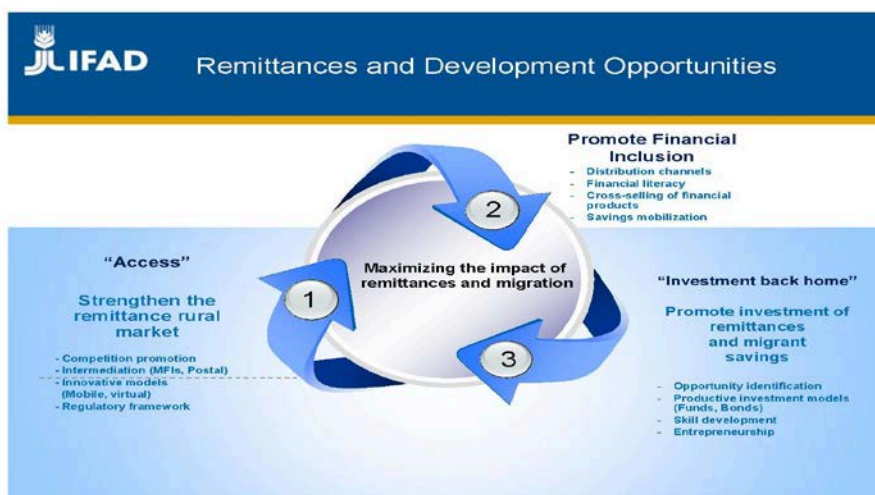
Em síntese, com referida estrutura instalada (ver Gráfico 6), será mais fácil, a nosso ver, ao Estado o Estado cabo-verdiano aplicar, por exemplo, as seguintes medidas:

---

<sup>20</sup> In: <http://noticiasdonorte.publ.cv/46264/cote-divoire-cabo-verdianos-sentem-abandonados> (consultado a 25-05-2016).

- Mudar cada vez mais as operações “dinheiro a dinheiro” para operações de “conta para conta” bancária (ou seja, diminuição dos canais informais);
- Incentivar o uso e adoção de novas tecnologias de transferência de dinheiro (as plataformas mobile por exemplo);
- Apoio à educação financeira de ambos os emissores e receptores de remessas;
- Aumento do incentivo à poupança das Remessas;
- Utilização de Remessas para estabelecer o histórico de crédito;
- Capacitar os trabalhadores migrantes com maiores opções de investimento.

### Gráfico 6 – Remessas e Oportunidades de Desenvolvimento



Fonte: Martini, Mauro (2015). “Leveraging the use of Remittances Trends and Opportunities for Development”, in *Financing Facility for Remittances*, Rome, 27 October 2015, IFAD.

## Anexos

### Anexo 1 – Lista da literatura revista

- ADARKWA, Muriel Animwaa (2015), “Impact of Remittances on Economic Growth: Evidence from Selected West African Countries (Cameroon, Cape Verde, Nigeria and Senegal)” AHMR, Vol. 1 No 2, 177-200.
- AKESSON, Lisa (2010), “Cape Verdean notions of migrant remittances”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 20, 140-159. Disponível em: <http://cea.revues.org/pdf/168> [acedido a 11 de Maio de 2016].
- BARBOSA, Carlos Elias (2014), *Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde*. Tese de Doutoramento (Policopiado), Universidade de Coimbra.
- *Boletim de Estatísticas do Banco de Cabo Verde*, Dezembro 2015. Praia: Banco de Cabo Verde.
- CARDOSO, Manuela (2011), *Migrações e APD: efeitos nas alterações socioeconómicas de Cabo Verde*, XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 07-10 de Agosto, UFBA.
- CASTLES, Stephen (2005), *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios: dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais*. Lisboa: Fim de Século.
- DEVILLARD, Alexandre; BACCHI, Alessia; NOACK, Marion (2015), *Estudo sobre as Políticas de Migração na África Ocidental*. Dakar e Viena: OIM (Escritório Regional para a África Central)/ Centro Internacional para o Desenvolvimento de Políticas Migratórias.
- ESPÍRITO SANTO, Armindo (2015), “Emigração e os Pequenos Estados Insulares em vias de Desenvolvimento: Os casos de Cabo Verde S. Tomé e Príncipe”, *Working Paper CEsa CSG*, 134.
- *Estatísticas das Migrações 2013*, Praia: Instituto Nacional de Estatística (INE), 2014.
- *Estratégia Nacional de Emigração e Desenvolvimento*, Praia: Ministério das Comunidades, 2014.
- FAIST, Thomas (2000), *The volume and dynamics of international migrations and transnational social spaces*. Oxford: Clarendon Press.
- GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Praia: Spleen Edições.
- GÓIS, Pedro (org.) (2008), *Comunidade(s) cabo-verdiana(s): as múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*. Lisboa: ACID, I. P.
- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos (2015), *Final Evaluation Report of the European Project – Strengthening Of Capacities of Cape Verde in Migration*. Coimbra: Centre for Social Studies, University of Coimbra.
- HAAS, Hein de (2005), “International Migration, Remittances and Development: myths”, *Third World Quarterly*, 26 (8), 1269 –1284.
- LUMANBU, Karine Manyonga Kamuleta (2014), *The Impacts Of Remittances On Developing Countries*, Brussels: European Union.
- MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUCCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward (1998), *Worlds in Motion*. Oxford: Clarendon Press.
- MARTINI, Mauro (2015). “Leveraging the use of Remittances Trends and Opportunities for Development”, in *Financing Facility for Remittances*, Rome, 27 October 2015, IFAD.
- *Migração, remessas e desenvolvimento em África: o caso dos países lusófonos*, Bruxelas: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Observatório ACP das Migrações, 2011.
- MOHAPATRA, Sanket; RATHA, Dilip (2011), *Remittance Markets in Africa*. Washington, D.C.: World Bank.
- MONIZ, Mário, MONIZ, Rosa (2014), *A comunicação do País com a Diáspora*, Estudo Diagnóstico. Praia: Ministério das Comunidades/União Europeia.



- MONIZ, Mário (2013), *Harmonização da Colecta de Dados sobre Migrações em Cabo Verde*. Praia: OIM e Ministério das Comunidades.
- NDIORO Ndiaye, MELDE, Susanne; NDIAYE-COÏC, Rougui (2009), “The Migration for Development in Africa Experience and Beyond”, *Operationalizing Migration for Development Across Regions-The MIDA Experience and Beyond*, Brussels: International Organization for Migration.
- NUNES, Diamantino da Veiga (2013), *Canalização das Remessas de Emigrantes para as Actividades Produtivas via Diáspora Bonds - Caso de Cabo Verde*, Monografia de Licenciatura em Economia e Gestão. Praia: Uni-Piaget de Cabo Verde.
- *Oportunidades de Negócio em Cabo Verde*, Praia: Ministério das Comunidades/União Europeia.
- PETRAS, Elizabeth (1981), “The global market in the modern world-economy”, in Mary M. Kritz, C. B. Keely and S. M. Tomasi (orgs.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, 44-63.
- PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
- RESENDE-SANTOS, João (2015), “Cape Verde: Rethinking Diaspora in Development Policy”, *International Migration*, OIM.
- *Regressar a Cabo Verde com Sucesso. O seu Guia para um projecto de êxito*, Praia: Ministério das Comunidades.
- RODRIGUES, Frederica (2014), *Initiatives and practices in the field of migration data in Cabo Verde*, Vienna: ICMPD.
- RODRIGUES, Frederica; LÉONARD, Pauline; GERSTNEROVA, Andréa (2010), *Manuais de Reintegração Socioprofissional para os cabo-verdianos de: Portugal, França e Luxemburgo*, Praia: Ministério das Comunidades, III Volumes, pp. 86-133.
- SCHARWATT, Claire; WILLIAMSON, Chris (2015), *Mobile money crosses borders: New remittance models in West Africa*. London: Global System for Mobile Communications (GSMA).
- *Social Remittances of the African Diasporas in Europe. Case studies: Netherlands and Portugal*, Lisbon: North-South Centre of the Council of Europe, 2006.
- TAVARES, Paulino Varela (2010), *Remessas de Trabalhadores Emigrantes e Impactos Económicos: Evidências Para Cabo Verde*, Tese de Doutoramento em Economia. Porto Alegre: UFRGS.
- TAYLOR, J.E., Arango, J.; Hugo, G.; Kouaouci, A.; Massey, D.S.; Pellegrino, A. (1996a), “International migration and community development”, *Population Index*, 62 (3), 397-418.
- TAYLOR, J.E.; Arango, J.; Hugo, G.; Kouaouci, A.; Massey, D.S.; Pellegrino, A. (1996b), “International migration and national development”, *Population Index*, 62 (2), 181-212.
- TOLENTINO, André Corsino; ROCHA, Carlos Manuel; TOLENTINO, Nancy Curado (2008), *Estudo da importância e do impacto das remessas dos imigrantes em Portugal no desenvolvimento de Cabo Verde*. Lisboa: ACIDI, I.P.
- VAN STOKKUM, Linde-Kee (2015), *More Mobility for Development! Policy Coherence for Development in practice: making the EU Mobility Partnership a tool for development in Cape Verde*. Amsterdam: Foundation Max van der Stoel.
- VARELA, Odair Barros (2013), “Cabo Verde: A Máquina Burocrática Estatal da Modernidade (1614-1990)”, in Sarmento, Cristina Montalvão; Costa, Suzano (orgs.), *Entre África e a Europa. Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Coimbra: Almedina, pp. 173-208.
- VERTOC, S. (1999), “Conceiving and researching transnationalism”, *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), 447-462.

## Anexo 2 – Questionários

### Questionário 1



O objectivo desta entrevista é servir de apoio a um estudo que analisará “a dinâmica das remessas de emigrantes cabo-verdianos e o seu impacto na vida das famílias, em particular e de Cabo Verde, em geral”. As suas respostas e os dados recolhidos através desta entrevista serão confidenciais e utilizados exclusivamente para este fim. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

**Instituição:** Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas do Banco de Cabo Verde (BCV)

**Entrevistadas:** Ana Semedo, Directora; Rilde Fernandes, Técnica Superior.

**Data:** 06-05-2016, 15.30h

#### Guião de Entrevista Semi-Estruturado

1. Qual é a avaliação do BCV em relação ao conhecimento, divulgação e tratamento dos dados relativo às remessas existentes nos bancos comerciais?
2. Como tem sido a análise dos canais informais utilizados por emigrantes e suas famílias para o envio de remessas?
3. Que medidas podem ser adoptadas para uma melhor canalização das remessas de modo a que representem um maior contributo para o desenvolvimento?
4. Como aumentar o conhecimento existente em relação à quantificação, origem e distribuição geográfica, assim como canais utilizados para o envio das remessas pelos emigrantes?
5. Qual seria o melhor mecanismo de sistematização e acesso a dados, identificação de obstáculos existentes e formas de incremento das remessas?
6. Tradicionalmente as remessas são canalizadas para investimentos no campo imobiliário. Que estratégias poderiam ser implementadas de molde a atrair o investimento de remessas em outros sectores produtivos, sobretudo, em áreas como o turismo e a prestação de serviços (por exemplo, nas Tecnologias de Informação e Comunicação e na Saúde), ou áreas tradicionais que ganharam nova centralidade como o Agro-negócio e as Pescas?
7. O Estado adoptou algumas medidas no sentido de incrementar as remessas de emigrantes, mormente, a nível da criação de contas bancárias especiais para os emigrantes e isenções e taxas de juros favoráveis. Que balanço o BCV faz da aplicação destas medidas?

**O responsável pela pesquisa:** Odair Barros Varela, *Ph.D.*

## Questionário 2



O objectivo desta entrevista é servir de apoio a um estudo que analisará “a dinâmica das remessas de emigrantes cabo-verdianos e o seu impacto na vida das famílias, em particular e de Cabo Verde, em geral”. As suas respostas e os dados recolhidos através desta entrevista serão confidenciais e utilizados exclusivamente para este fim. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

**Entrevistado: Dr. Mário Moniz, Secretário Executivo da Plataforma das ONG’s de Cabo Verde e Consultor Independente**

**Local:** Sede da Plataforma das ONG’s (Achada S. Filipe, Praia)

**Data:** 27-05-2016, às 10 horas.

### **Guião de Entrevista Semi-Estruturado**

1. Existem ONG’s filiadas na Plataforma que estão capacitadas para gerir os assuntos em matéria de emigração?
2. Qual é a avaliação que faz em relação ao conhecimento, divulgação e tratamento dos dados relativo às remessas por parte das agências dos bancos comerciais existentes no seu município?
3. A Plataforma tem conhecimento dos canais informais utilizados por emigrantes e suas famílias para o envio de remessas? Se sim por favor descreva-os.
4. Que medidas podem ser adoptadas para uma melhor canalização das remessas de modo a que representem um maior contributo para o desenvolvimento?
5. Como aumentar o conhecimento existente em relação à quantificação, origem e distribuição geográfica, assim como canais utilizados para o envio das remessas pelos emigrantes?
6. Qual seria o melhor mecanismo de sistematização e acesso a dados, identificação de obstáculos existentes e formas de incremento das remessas?
7. Tradicionalmente as remessas são canalizadas para investimentos no campo imobiliário. Que estratégias poderiam ser implementadas de molde a atrair o investimento de remessas em outros sectores produtivos, sobretudo, em áreas como o turismo e a prestação de serviços (por exemplo, nas Tecnologias de Informação e Comunicação e na Saúde), ou áreas tradicionais que ganharam nova centralidade como o Agro-negócio e as Pescas?
8. O Estado adoptou algumas medidas no sentido de incrementar as remessas de emigrantes, mormente, a nível da criação de contas bancárias especiais para os emigrantes e isenções e taxas de juros favoráveis. Qual a sua posição em relação à aplicação destas medidas?

**O responsável pela pesquisa:** Odair Barros Varela, *Ph.D.*

### Questionário 3



O objectivo desta entrevista é servir de apoio a um estudo que analisará “a dinâmica das remessas de emigrantes cabo-verdianos e o seu impacto na vida das famílias, em particular e de Cabo Verde, em geral”. As suas respostas e os dados recolhidos através desta entrevista serão confidenciais e utilizados exclusivamente para este fim. Agradecemos antecipadamente a sua colaboração.

**Alvo: Pontos Focais da “Rede Nacional dos Pontos Focais Municipais para a Emigração – RENEM”**

#### **Guião de Entrevista Semi-Estruturado**

1. Como ponto focal para assuntos da emigração no seu município sente-se capacitado para gerir os assuntos em matéria de emigração?
2. Qual é a avaliação que faz em relação ao conhecimento, divulgação e tratamento dos dados relativo às remessas por parte das agências dos bancos comerciais existentes no seu município?
3. Tem conhecimento dos canais informais utilizados por emigrantes e suas famílias para o envio de remessas? Se sim por favor descreva-os.
4. Que medidas podem ser adoptadas para uma melhor canalização das remessas de modo a que representem um maior contributo para o desenvolvimento?
5. Como aumentar o conhecimento existente em relação à quantificação, origem e distribuição geográfica, assim como canais utilizados para o envio das remessas pelos emigrantes?
6. Qual seria o melhor mecanismo de sistematização e acesso a dados, identificação de obstáculos existentes e formas de incremento das remessas?
7. Tradicionalmente as remessas são canalizadas para investimentos no campo imobiliário. Que estratégias poderiam ser implementadas de molde a atrair o investimento de remessas em outros sectores produtivos, sobretudo, em áreas como o turismo e a prestação de serviços (por exemplo, nas Tecnologias de Informação e Comunicação e na Saúde), ou áreas tradicionais que ganharam nova centralidade como o Agro-negócio e as Pescas?
8. O Estado adoptou algumas medidas no sentido de incrementar as remessas de emigrantes, mormente, a nível da criação de contas bancárias especiais para os emigrantes e isenções e taxas de juros favoráveis. Qual a sua posição em relação à aplicação destas medidas?

**O responsável pela pesquisa:** Odair Barros Varela, *Ph.D*

### Anexo 3 – Lista de informantes-chave

Nome	Posição	Organização	Detalhes de Contacto	Data da reunião/ chamadas efectuadas	Comentários sobre os contactos feitos
Francisco Carvalho	Director	Ministério das comunidades	<a href="mailto:francisco.carvalho@mdc.gov.cv">francisco.carvalho@mdc.gov.cv</a>	28 de Março de 2016  Foram feitos outros contactos (pessoalmente e por e-mail)	
Anilta Silva	Técnica Superior	Ministério das comunidades	<a href="mailto:Anilta.Silva@mdc.gov.cv">Anilta.Silva@mdc.gov.cv</a>	28 de Março de 2016  Foram feitos outros contactos (pessoalmente e por e-mail)	
Luís Moniz	Técnico Superior	Ministério das comunidades	(+238) 261 57 78 / 333 66 00	30 de Março de 2016	
Virginia Mulas	Responsável pela Imprensa e Comunicação	Delegação da União Europeia em Cabo Verde	<a href="mailto:Virginia.MULAS@eeas.europa.eu">Virginia.MULAS@eeas.europa.eu</a>	20 de Abril de 2016  Foram feitos outros contactos por e-mail	
Ana Semedo	Directora do Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas	Banco de Cabo Verde	<a href="mailto:ASemedo@bcv.cv">ASemedo@bcv.cv</a>	06 de Maio de 2016  Foram feitos outros contactos por e-mail	
Rilde Fernandes	Técnica Superior do Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas	Banco de Cabo Verde	<a href="mailto:RFernandes@bcv.cv">RFernandes@bcv.cv</a>	06 de Maio de 2016  Foram feitos outros contactos por e-mail	
Mário Moniz	Secretário Executivo	Plataforma das ONGs	<a href="mailto:mmmrrrvv@hotmail.com">mmmrrrvv@hotmail.com</a>	25 de Maio de 2016  Foram feitos outros	

				contactos por e-mail	
Redy Lima	Vice-presidente da Direcção	Centro de Produção e Promoção de Conhecimentos (CeProk)	<a href="mailto:redywilson@hotmail.com">redywilson@hotmail.com</a>	Contatos permanentes	
Carlos Elias Barbosa	Investigador	CeproK	<a href="mailto:carselias@gmail.com">carselias@gmail.com</a>	Contatos permanentes	
Suely Ramos Neves	Head of Office (interim)	OIM – Cabo Verde	<a href="mailto:SRNEVES@iom.int">SRNEVES@iom.int</a>	18 de Março de 2016	

## Anexo 4 – Dados sobre Principais Actores Não-Estatais

Por favor, adicione uma tabela separada para cada ANE-chave identificada (key NSA stakeholder)

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo</b>	<b>FAMI - PICOS: Associação de Apoio às Iniciativas de Auto Promoção da Família</b>
<b>Organization address and general contact details</b>	Achada Igreja - Picos - São Salvador do Mundo - Ilha de Santiago - Cabo Verde  (+238) 27 21 316  <a href="mailto:fami-picos@cvtelecom.cv">fami-picos@cvtelecom.cv</a>
<b>Enquadramento</b>	<i>A FAMI-Picos é uma das maiores Federações de Associações que operam no domínio das mutualidades de poupança e crédito em Cabo Verde, a qual já tem movimentado mais de 139 mil contos.</i>
<b>Recursos</b>	<i>Sede: Achada Igreja - Picos - São Salvador do Mundo - Ilha de Santiago - Cabo Verde</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>Áreas de actuação: Auto-promoção Familiar: Educação para o desenvolvimento; Assistência técnica aos grupos mutualistas de poupança e crédito da sua área de intervenção.</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>Agricultura, Ambiente, Comércio e Desenvolvimento, Criação de gado, Cultura, Desenvolvimento local, Desenvolvimento rural, Educação, Emprego, Família, Juventude, Micro-crédito, Micro-empresa, Mulher e Género.</i>
<b>Presença no terreno no país</b>	<i>Neste momento, fazem parte desta organização dezenas associações de mutualidades de poupança e crédito.</i>

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo</b>	<b>MORABI: Associação Cabo-verdiana de auto-promoção da mulher.</b>
<b>Organization address and general contact details</b>	Morabi Micro Finanças Sede Achada Santo António - Praia, C.P. nº568 Telephone: +238 262 17 73/262 38 94 E-mail: <a href="mailto:morabi@morabi.org">morabi@morabi.org</a> ; <a href="mailto:morabicredito@cvtelecom.cv">morabicredito@cvtelecom.cv</a> ; <a href="mailto:comercial.morabi@sapo.cv">comercial.morabi@sapo.cv</a>
<b>Detalhes da pessoa de contacto</b>	<i>Lúcia Passos</i>
<b>Enquadramento</b>	<i>Os valores que têm guiado a actuação da MORABI e ajudam a fortalecer a Missão da instituição: - Compromisso com o desenvolvimento humano, da mulher e da família; - A Solidariedade;- A</i>

	<i>Transparência;- O Profissionalismo;- A Cultura de Qualidade; - O Espírito de Equipa;- A Parceria</i>
<b>Recursos</b>	<i>Morabi Micro Finanças Sede, Achada Santo António - Praia</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>A MORABI defende que o desenvolvimento da Nação Caboverdiana passa pela inclusão e promoção das potencialidades da mulher no processo de desenvolvimento económico, social e político facilitando para que ela possa exercer um papel activo em todos os processos de desenvolvimento pessoal e comunitário.</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>MICRO FINANÇAS; - FORMAÇÃO; - SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA; - DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO; - REFORÇO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL</i>
<b>Presença no terreno no país</b>	<i>Delegações em vários conselhos do país.</i>

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo</b>	<b>SOLDIFOGO: INSTITUIÇÃO DE MICRO FINANÇAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO</b>
<b>Organization address and general contact details</b>	São Filipe, Cabo verde Telefone: +238281-31-67 <a href="http://www.soldifogo.org.cv">http://www.soldifogo.org.cv</a>
<b>Detalhes da pessoa de contacto</b>	<i>Director/Gerente nível</i>
<b>Enquadramento</b>	<i>Objectivos Específicos: Promover a solidariedade social e o desenvolvimento comunitário da Ilha; Estimular a auto-suficiência das Associações e das famílias; Recolher poupanças e distribuí-las por empréstimos, às pessoas de baixo rendimento, sobretudo nas zonas rurais; Estabelecer e desenvolver actividades que proporcionem aos grupos organizados, sobretudo aos agricultores e criadores de gado, mulheres e jovens, condições de acesso ao crédito, bem como a factores e meios de produção.</i>
<b>Recursos</b>	<i>Financiamento / Organizações Parceiras: Através de poupanças das Associações Comunitárias de Base e de vários outros parceiros, nacionais e internacionais.</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>Fomento à prática de entreaajuda e solidariedade social, para a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da Ilha do Fogo; Micro-finanças</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>Público-alvo: Pessoas de baixa renda e que não conseguem aceder aos bancos comerciais; Pequenos empreendedores, nas mais variadas áreas de actividades.</i>
<b>Presença no terreno no país</b>	<i>Cobertura Geográfica: ·Ilha do Fogo</i>

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo</b>	<b>CITI HABITAT: CENTRO DE INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL PARA O HABITAT</b>
--	---



<b>Organization address and general contact details</b>	Zona Comercial, Ponta d' Água, Santiago, Cabo Verde (+238) 262-7890 <a href="mailto:info@citihabitat.cv">info@citihabitat.cv</a>
<b>Detalhes da pessoa de contacto</b>	Jacinto Santos
<b>Enquadramento</b>	<i>O CITI-Habitat foi criado a 26 de Novembro de 1988, na Cidade da Praia, República de Cabo Verde por um grupo de 13 técnicos, sendo 8 cabo-verdianos e 5 estrangeiros, que se encontravam em Cabo Verde, em missão de cooperação, em vários domínios de actividade profissional e sectores de desenvolvimento. O CITI-Habitat foi a primeira ONGD criada em Cabo Verde, logo a seguir à publicação da Lei, em 1987, que definiu o regime jurídico de constituição de associações de fim não lucrativo, assumindo-se como uma organização não-governamental de desenvolvimento de fim não lucrativo.</i>
<b>Recursos</b>	<i>Escritório/s, pessoal</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>Movido pelo objectivo da experimentação de uma nova abordagem do desenvolvimento com base na aplicação de tecnologias alternativas, levando as populações e produtores locais a utilizá-las, como uma das vias para a sua autopromoção económica, social e cultural, social, político e tecnológico.</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>Micro-finanças</i>

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE CABO VERDE (OMCV)</b>
<b>Organization address and general contact details</b>	Rua Andrade e Corvo, CP 213, Praia, Cabo Verde E-mail – <a href="mailto:omcv@mail.cvtelecom.cv">omcv@mail.cvtelecom.cv</a> ; Tel: (+238) 261 24 55 Fax: (+238) 261 25 39
<b>Detalhes da pessoa de contacto</b>	Idalina Freire
<b>Enquadramento</b>	<i>A Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) foi fundada em Março de 1981, é uma Organização Não Governamental com mais de mil membros. A OMCV foi fundada com o propósito de dar a voz às mulheres cabo-verdianas. Teve como fundadoras várias mulheres que participaram no processo da luta de libertação nacional.</i>
<b>Recursos</b>	<i>Escritório/s, pessoal</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>As suas áreas de intervenção são as da Saúde, Saúde Sexual e Reprodutiva, Direitos da Mulher, Formação e capacitação profissional, Educação Pré-escolar, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, Micro-crédito, Actividades Geradoras de Rendimento, Género população e desenvolvimento, empreendedorismo feminino, entre outros.</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>Micro-crédito; Saúde; Promoção feminina e educação infantil</i>
<b>Presença no terreno no país</b>	<i>Presença em todas as ilhas</i>

<b>Nome Completo da Organização e Acrónimo (se disponível)</b>	<b>A SOLMI (Associação de Apoio às Iniciativas de Auto Promoção)</b>
--	--

<b>Organization address and general contact details</b>	Edifício Boa Entrada, à entrada de Ponta d'Água, CP 76-C (+238) 26 18 979 solmi@cvtelecom.cv <a href="http://cvsolmi.org">http://cvsolmi.org</a>
<b>Detalhes da pessoa de contacto</b>	<i>Director/Gerente nível</i>
<b>Enquadramento</b>	<i>Anos de actividades no país, vocação, área de trabalho, beneficiários visados, doadores, parceiros, etc.</i>
<b>Mandato principal da organização</b>	<i>Micro-finanças; Desenvolvimento socio-comunitário; Saneamento básico.</i>
<b>Estatuto Legal no país</b>	<i>Organização não-governamental</i>
<b>Actividades correntes</b>	<i>A criação de condições para a autonomia do subprograma de crédito da SOLMI; Apoio a actividades geradoras de emprego e rendimento; aumento de nível de informação e qualificação profissional das mulheres chefes de família e dos jovens à procura do primeiro emprego; melhoria das condições de habitação de famílias em meios rurais, mais acentuada no em São Lourenço dos Órgãos.</i>
<b>Presença no terreno no país</b>	<i>Intervém em 5 municípios do país.</i>